

Caixa Geral de Depósitos, S.A. - Sucursal Offshore de Macau

Divulgação de Informação Financeira

Conforme Circular n.º 026/B/2012/DSB-AMCM

31 de dezembro de 2014



Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Sucursal Offshore de Macau

儲金行股份有限公司澳門離岸分支機構

ÍNDICE

1.	<u>ARTIGO 76º DO REGIME JURÍDICO DO SISTEMA FINANCEIRO DE MACAU</u>	1
1.1.	BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1
1.2.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	3
1.3.	SÍNTESE DO RELATÓRIO DE ATIVIDADE	5
1.4.	SÍNTESE DO RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS	5
1.5.	LISTA DOS ACIONISTAS QUALIFICADOS	6
1.6.	TITULARES DOS ÓRGÃO SOCIAIS DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	7
1.7.	MEMBROS DA DIREÇÃO GERAL DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A. – SUCURSAL OFFSHORE DE MACAU	8
2.	<u>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</u>	9
3.	<u>EXPOSIÇÃO DOS ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS EXCETO TRANSAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS DERIVADOS</u>	10
3.1.	VALOR CONTRATUAL OU VALOR NOCIONAL	10
4.	<u>TRANSAÇÕES DE INSTRUMENTOS DERIVADOS</u>	10
4.1.	VALOR CONTRATUAL OU VALOR NOCIONAL	10
4.2.	RISCO DE CRÉDITO PONDERADO PELOS CONTRATOS SOBRE TAXAS DE JURO E SOBRE DIVISAS CALCULADO DE ACORDO COM O AVISO N. 013/93-AMCM	10
5.	<u>POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS</u>	11
6.	<u>PARTES RELACIONADAS – TRANSAÇÕES E SALDOS DEVEDORES</u>	14
6.1.	POLÍTICA DE EMPRÉSTIMO A PARTES RELACIONADAS	14
6.2.	TRANSAÇÕES E SALDOS VENCIDOS	15
7.	<u>CAPITAL</u>	16
7.1.	RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	16
7.2.	CAPITAL E RESERVAS	16

8.	RISCO DE CRÉDITO	17
8.1.	GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO	17
8.2.	DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA	18
8.3.	DISTRIBUIÇÃO POR SECTORES	18
8.4.	ANÁLISE DE MATURIDADE	19
8.5.	ANÁLISE DE CRÉDITO VENCIDO – CLIENTES	20
9.	RISCO DE MERCADO	21
10.	RISCO DE TAXA DE JURO	21
11.	RISCO OPERACIONAL	21
12.	RISCO CAMBIAL	22
12.1.	GESTÃO DE RISCO CAMBIAL	22
12.2.	POSIÇÃO LÍQUIDA LONGA E CURTA EM MOEDA EXTERNA	22
12.3.	DIVULGAÇÃO DA POSIÇÃO LÍQUIDA LONGA/CURTA DE UMA MOEDA EXTERNA, QUANDO A POSIÇÃO LÍQUIDA (EM TERMOS ABSOLUTOS) DESSA MOEDA EXTERNA REPRESENTA PELO MENOS 10% DO TOTAL DA POSIÇÃO LÍQUIDA EM MOEDA EXTERNA.	22
13.	RISCO DE LIQUIDEZ	23
14.	ATIVOS, PASSIVOS E RESULTADOS EM BASE CONSOLIDADA DO GRUPO CGD	23

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. foi autorizada pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau através da Ordem Executiva n.º 7/2013 a constituir uma Sucursal Offshore em Macau, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2013, unidade para a qual foi transferido, a esta data, todo o património afeto à Caixa Geral de Depósitos-Subsidiária Offshore de Macau S.A., que operava em Macau desde 2005, que cessou a sua atividade e foi extinta.

A informação disponibilizada neste documento foi elaborada de acordo com o estabelecido na circular n.º26/B/2012-DSB/AMCM, publicada pela Autoridade Monetária de Macau.

Foram objeto de auditoria o Balanço e Demonstração de Resultados (quadros 1.1 e 1.2), Demonstração de Fluxos de Caixa (quadro 2) e as Políticas Contabilísticas. A restante informação disponibilizada neste relatório não foi auditada.

1. Artigo 76º do Regime Jurídico do Sistema Financeiro de Macau

1.1. Balanço a 31 de dezembro de 2014

Unidade: MOP (Macau pataca)	31 de dezembro de 2014		
	ATIVO BRUTO	PROVISÕES, AMORTIZAÇÕES E MENOS - VALIAS	ATIVO LÍQUIDO
ATIVO			
Caixa	-	-	-
Depósitos na AMCM	-	-	-
Valores a Cobrar	-	-	-
Depósitos à Ordem noutras Instituições de Macau	668 995	-	668 995
Depósitos à Ordem no Exterior	36 165 235	-	36 165 235
Ouro e Prata	-	-	-
Outros Valores	-	-	-
Crédito Concedido	6 856 366	-	6 856 366
Aplicações em Instituições de Crédito no Território	-	-	-
Depósitos com Pré-Aviso e a Prazo no Exterior	7 638 835 503	-	7 638 835 503
Ações, Obrigações e Quotas	-	-	-
Aplicações de Recursos Consignados	-	-	-
Devedores	-	-	-
Outras Aplicações	-	-	-
Participações Financeiras	-	-	-
Imóveis	-	-	-
Equipamento	147 966	83 228	64 738
Custos Plurianuais	-	-	-
Despesas de Instalação	-	-	-
Imobilizações em Curso	-	-	-
Outros Valores Imobilizados	372 339	209 460	162 879
Contas Internas e de Regularização	8 467 637	-	8 467 637
TOTAL	7 691 514 041	292 688	7 691 221 353

1.1. Balanço a 31 de Dezembro de 2014 (continuação)

Unidade: MOP (Macau pataca)	31 de dezembro de 2014	
	SUBTOTAL	TOTAL
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
Depósitos à Ordem	388 278 672	
Depósitos com Pré-Aviso	-	
Depósitos a Prazo	7 240 706 051	7 628 984 723
Depósitos de Sector Público	-	
Recursos de Instituições de Crédito no Território	-	
Recursos de Outras Entidades Locais	-	
Empréstimos em Moedas Externas	-	
Empréstimos por Obrigações	-	
Credores por Recursos Consignados	-	
Cheques e Ordens a Pagar	-	
Credores	-	
Exigibilidades Diversas	-	
Contas Internas e de Regularização	49 646 021	49 646 021
Provisões para Riscos Diversos	68 564	68 564
Capital	-	
Reserva Legal	-	
Reserva Estatutária	-	
Outras Reservas	-	
Resultados Transitados de Exercícios Anteriores	231 835	
Resultado do Exercício	12 290 210	12 522 045
TOTAL		7 691 221 353

1.2. Demonstração de Resultados

Unidade: MOP (Macau pataca)	01/01/2014 a 31/12/2014		01/01/2014 a 31/12/2014
DÉBITO		CRÉDITO	
Custos de Operações Passivas	158 048 950	Proveitos de Operações Ativas	178 640 378
Custos com Pessoal:	2 903 348	Proveitos de Serviços Bancários	4 985
Remunerações dos Órgãos de Gestão e Fiscalização		Proveitos de Outras Operações Bancárias	40 442
Remunerações de Empregados	2 589 813	Rendimentos de Títulos de Crédito e de Participações Financeiras	
Encargos Sociais	313 535	Outros Proveitos Bancários	87 607
Outros Custos com o Pessoal		Proveitos Inorgânicos	
Fornecimentos de Terceiros	72 982	Prejuízos de Exploração	
Serviços de Terceiros	1 970 653		
Outros Custos Bancários	3 231 469		
Impostos	1 270		
Custos Inorgânicos	140 001		
Dotações para Amortizações	113 432		
Dotações para Provisões	1 097		
Lucro da Exploração	12 290 210		
TOTAL	178 773 412		178 773 412

1.2. Demonstração de Resultados (continuação)

Unidade: MOP (Macau pataca)	01/01/2014 a 31/12/2014		01/01/2014 a 31/12/2014
DÉBITO		CRÉDITO	
Prejuízo de Exploração		- Lucro de Exploração	12 290 210
Perdas Relativas a Exercícios Anteriores		- Lucros Relativos a Exercícios Anteriores	-
Perdas Excepcionais		- Lucros Excepcionais	-
Dotações para Impostos sobre Lucros do Exercício		- Provisões Utilizadas	-
Resultado do Exercício (Se Positivo)	12 290 210	Resultado do Exercício (Se Negativo)	-
TOTAL	12 290 210		12 290 210

1.3. Síntese do Relatório de Atividade

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. foi autorizada pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau através da Ordem Executiva n.º 7/2013 a constituir uma Sucursal Offshore em Macau, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2013, unidade para a qual foi transferido, a esta data, todo o património afecto à Caixa Geral de Depósitos-Subsidiária Offshore de Macau S.A., que operava em Macau desde 2005, que cessou a sua atividade e foi extinta.

Em 2014 a conjuntura internacional caracterizou-se por uma lenta recuperação da atividade económica na generalidade dos países, que na Zona Euro foi acompanhada por uma descida da taxa de inflação para um valor próximo de zero e taxas de desemprego elevadas. Neste contexto, o Banco Central Europeu reduziu as taxas directoras, e anunciou em janeiro de 2015 que iria implementar um programa de aquisição de títulos no mercado secundário, tendo-se assistido a uma queda acentuada das taxas de juro no mercado interbancário e da dívida pública em toda a extensão da curva de rendimentos bem como a uma significativa depreciação do euro relativamente às principais moedas internacionais a partir da segunda metade do ano.

Nos EUA verificou-se uma progressiva recuperação da atividade económica a par de uma redução da taxa de desemprego e da taxa de inflação, tendo o Banco de Reserva Federal terminado o programa de aquisição de títulos que vinha implementando, abrindo perspectivas para um eventual aumento das taxas de juro de curto prazo no próximo ano.

O modelo de negócio da Sucursal Offshore de Macau da Caixa Geral de Depósitos S.A. caracteriza-se pela sua atividade comercial se centrar principalmente na área de banca de particulares sendo a sua base de clientes constituída por não residentes em Macau e Portugal, na sua maioria emigrantes e luso descendentes.

A oferta de produtos da Sucursal, principalmente depósitos a prazo e de poupança, é comercializada através de vários canais de distribuição e está direcionada aos diferentes segmentos de mercado, incluindo os de gama média e alta.

O resultado líquido obtido em 2014 pela Sucursal Offshore de Macau da Caixa Geral de Depósitos foi de MOP 12,3 milhões, o que corresponde a um aumento de 6 por cento face ao registado no exercício anterior.

O produto bancário registou um aumento de 5,6 por cento em relação ano anterior para o que contribui principalmente a evolução da margem financeira que registou um acréscimo de 7,8 por cento.

Os custos de estrutura registaram um aumento de 6,3 por cento tendo os gastos gerais administrativos registado um decréscimo de 6,3 por cento e os custos com pessoal um acréscimo de 16,9 por cento.

Os depósitos de clientes que ascendiam em 31 de dezembro de 2014 a MOP 7.595 milhões registaram um decréscimo de 14,2 por cento devido principalmente ao efeito cambial de translação para patacas dos valores dos depósitos denominados em moeda estrangeira, que decorreu da forte apreciação da pataca cuja evolução cambial acompanhou a do dólar americano face às restantes moedas internacionais.

No quadro de uma política centralizada de gestão de recursos financeiros do Grupo CGD, o activo líquido em 31 de Dezembro de 2014 ascendia a MOP 7 691,2 milhões, um decréscimo de 14,5 por cento, devido principalmente ao efeito cambial de translação para patacas do ativo que se encontra denominado em moeda estrangeira. A principal componente do ativo são depósitos constituídos junto da Sede do Banco, tendo o crédito concedido a clientes um peso muito reduzido.

A Sucursal Offshore de Macau da Caixa Geral de Depósitos, S.A. deseja expressar os seus agradecimentos às competentes Autoridades de Macau, e em particular, à Autoridade Monetária de Macau pela colaboração prestada desde o início da sua atividade, bem como ao Banco Nacional Ultramarino, pelo apoio dado.

1.4. Síntese do Relatório dos Auditores Externos

Procedemos à auditoria das demonstrações financeiras da Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Sucursal Offshore de Macau relativas ao ano de 2014, nos termos das Normas de Auditoria e Normas Técnicas de Auditoria da Região Administrativa Especial de Macau. No nosso relatório, datado de 6 de Maio de 2015, expressámos uma opinião sem reservas relativamente às demonstrações financeiras das quais as presentes constituem um resumo.

As demonstrações financeiras a que acima se alude compreendem o balanço, à data de 31 de Dezembro de 2014, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo, assim como um resumo das políticas contabilísticas relevantes e outras notas explicativas.

As demonstrações financeiras resumidas preparadas pela gerência resultam das demonstrações financeiras anuais auditadas a que acima se faz referência. Em nossa opinião as demonstrações financeiras resumidas são consistentes, em todos os aspetos materiais, com as demonstrações financeiras auditadas.

Para a melhor compreensão da posição financeira da Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Sucursal Offshore de Macau e dos resultados das suas operações, no período e âmbito abrangido pela nossa auditoria, as demonstrações financeiras resumidas devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras das quais as mesmas resultam e com o respetivo relatório de auditoria.

Kwok Sze Man
Auditor de Contas

Deloitte Touch Tohmatsu – Sociedade de Auditoria

Macau, 6 de Maio de 2015

1.5. Lista dos Acionistas Qualificados

O capital da Caixa Geral de Depósitos é detido pelo acionista único, o Estado Português.

1.6. Titulares dos Órgão Sociais da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Órgãos Sociais: (Mandato 2013-2015)

Mesa da Assembleia Geral (*)

Presidente:

Prof. Dr. Manuel Carlos Lopes Porto

Secretário:

Dr. José Lourenço Soares

Conselho de Administração

Presidente:

Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente:

Dr. José Agostinho Martins de Matos

Vogais:

Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Dr. João Nuno de Oliveira Jorge Palma

Dr. José Pedro Cabral dos Santos

Dra. Ana Cristina de Sousa Leal

Dra. Maria João Borges Carioca Rodrigues

Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso (**)

Prof. Doutor Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

Prof. Doutor José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

Dr. José Hernst Henzler Vieira Branco

Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Prof. Doutor Daniel Traça

Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão

Comissão Executiva

Presidente:

Dr. José Agostinho Martins de Matos

Vice-Presidente:

Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Vogais:

Dr. João Nuno de Oliveira Jorge Palma

Dr. José Pedro Cabral dos Santos

Dra. Ana Cristina de Sousa Leal

Dra. Maria João Borges Carioca Rodrigues

Comissão de Auditoria

Presidente:

Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Vice-Presidente

Prof. Doutor Daniel Traça

Vogal

Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão

*O Dr Rui Machete cessou funções como Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CGD, por ter sido nomeado Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Diário da República, 1ª Série, Suplemento, de 24.7.2013)

** O Dr Jorge Telmo Maria Freire Cardoso solicitou, a 16 de setembro de 2014, suspensão de mandato pelo período de até 6 meses (Deliberação social unânime por escrito de 23 de outubro de 2014, Ata nº 3/2004), prorrogada por mais 6 meses eventualmente renováveis por Deliberação Unânime por Escrito de 13 de abril de 2015.

1.7. Membros da Direção Geral da Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Sucursal Offshore de Macau

Membros da Direção Geral

Diretor Geral:

Dr. Artur Jorge Teixeira Santos

Membros:

Dra. Ana Isabel Pais Vinagre Tomázio

desde 9 de Abril de 2014

Dr. Humberto Manuel Lopes Casanova

até 9 de Abril de 2014

Dr. Pedro Manuel Rodrigues de Araújo Martinez

2. Demonstração de Fluxos de Caixa

Unidade: MOP (Macau pataca)

31 de dezembro de 2014

ACTIVIDADES OPERACIONAIS

Resultado Líquido do Exercício Antes dos Impostos sobre o Rendimento	12 290 210
Ajustamentos:	
Provisões e Perdas por Imparidade, Líquidas de Anulações, Reposições e Diferenças Cambiais	(86 510)
Amortizações	113 432
Proveitos de Operações Ativas	(178 640 378)
Custo de Operações Passivas	158 048 950
	(20 564 506)
Diminuições/(Aumentos) de Activos Operacionais:	
Depósitos em Instituições de Crédito em Macau e no Exterior	4 812 098 335
Crédito a Clientes	8 651 072
Contas Internas e de Regularização	-
	4 820 749 407
(Diminuições)/Aumentos de Passivos Operacionais:	
Depósitos	(1 256 852 859)
Contas Internas e de Regularização	(328 697)
	(1 257 181 556)
Caixa Líquida das Atividades Operacionais Antes dos Impostos Sobre o Rendimento	3 555 293 555
Juros Recebidos	267 921 575
Juros Pagos	(206 648 344)
	61 273 231
Caixa Líquida das Atividades Operacionais	3 616 566 786

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisições de Equipamento e Outros Valores Imobilizados, Líquidas de Alienações	(77 263)
Caixa Líquida das Atividades de Investimento	(77 263)

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Distribuição resultado 2013 para a CGD	(11 358 998)
Caixa Líquida das Atividades de Financiamento	(11 358 998)
Aumento Líquido de Caixa e seus Equivalentes	3 605 130 525
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Exercício	197 317 003
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Exercício	3 802 447 528

3. Exposição dos Elementos Extrapatrimoniais Exceto Transações Sobre Instrumentos Derivados

3.1. Valor Contratual ou Valor Nocial

Unidade: MOP (Macau pataca)	31 de dezembro de 2014
Instrumentos com a Natureza de Substitutos de Crédito	-
Contingências Decorrentes de Transações Realizadas	-
Aceites e Outras Contingências Decorrentes de Operações Comerciais	-
Facilidades de Emissão de Títulos de Dívida, Facilidades Renováveis com Tomada Firme e Outras Facilidades de Natureza Similar	-
Compra a Prazo de Ativos	-
Parcela por Realizar de Ações e Outros Títulos Parcialmente Realizados	-
Depósitos Prazo Contra Prazo	-
Venda de Ativos com Opção de Recompra	-
Linhas de Crédito Não Utilizadas e Outros Compromissos Assumidos para a Concessão de Crédito	-
Outros Elementos Extrapatrimoniais	11 080 652

4. Transações de Instrumentos Derivados

4.1. Valor Contratual ou Valor Nocial

Unidade: MOP (Macau pataca)	31 de dezembro de 2014
Contratos sobre Divisas	-
Contratos sobre Taxas de Juro	-
Contratos sobre Ações	-
Contratos sobre Mercadorias	-
Outros	-

4.2. Risco de Crédito Ponderado pelos Contratos sobre Taxas de Juro e sobre Divisas calculado de acordo com o Aviso n. 013/93-AMCM

Unidade: MOP (Macau pataca)	31 de dezembro de 2014	
	VALOR NOMINAL	EXPOSIÇÃO PONDERADA
Contratos sobre Taxas de Juro	-	-
Contratos sobre Divisas	-	-
Total	-	-

5. Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as Normas de Relato Financeiro de Macau.

Especialização de exercícios

A CGD-SOM regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Contas internas e de regularização” do Ativo e do Passivo respetivamente.

Equipamento, ativos intangíveis e outros ativos fixos tangíveis

O equipamento, ativos intangíveis e outros ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

	ANOS DE VIDA ÚTIL
Equipamento Informático	4
Instalações Interiores	5
Equipamento de Segurança	7
Material de Transporte	4
Ativos Intangíveis	3
Mobiliário e Material	8
Sistemas Centrais de Telecomunicações	10

Um item do ativo fixo é desreconhecido no momento da sua alienação, ou quando não são esperados benefícios económicos futuros do seu uso continuado. Qualquer ganho ou perda obtido em resultado do desreconhecimento do ativo (correspondente à diferença entre a receita obtida e o valor de balanço do bem) é reconhecido por contrapartida de resultados no exercício em que ocorre.

O equipamento, os ativos intangíveis e outros ativos fixos tangíveis são objeto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira

Na preparação das demonstrações financeiras, as transações em divisas que não sejam a moeda funcional da entidade (moeda estrangeira) são registadas na moeda funcional (i.e. a moeda oficial da zona económica em que a entidade opera) com base nas taxas de câmbio em vigor à data das transações. Em cada final de exercício, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos às taxas de câmbio em vigor a essa data. Os ativos não monetários registados ao custo histórico permanecem registados ao câmbio original.

Diariamente, os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para patacas ao câmbio da AMCM, sendo as diferenças cambiais geradas em resultado da conversão cambial registadas em “Outros custos e proveitos bancários”.

Em 31 de Dezembro de 2014, os câmbios da Pataca (MOP) face a diversas moedas eram os seguintes:

	31 de dezembro de 2014
1 USD = MOP	MOP 7.9899
1 EURO = MOP	MOP 9.7141
1 GBP = MOP	MOP 12.4363
1 CAD = MOP	MOP 6.8873

Crédito a clientes

O crédito a clientes é apresentado no balanço deduzido de perdas específicas por imparidade, quando aplicável.

A Direção Geral entende não ser necessário o reconhecimento de quaisquer provisões específicas que reduzam o valor de balanço da rubrica de crédito a clientes, uma vez que os créditos se encontram geralmente garantidos por depósitos a prazo constituídos na CGD-SOM, não existindo, como tal, risco de crédito associado a estas operações.

De acordo com os requisitos regulamentares da AMCM foi registada uma provisão genérica correspondente a 1% do saldo da rubrica “Crédito a clientes”.

Os juros corridos são registados em “Contas internas e de regularização”

Depósitos de clientes, empréstimos subordinados e outros recursos

Os depósitos de clientes, os empréstimos subordinados e outros recursos são registados pelo seu valor nominal. O respetivo juro corrido é registado na rubrica “Contas internas e de regularização”, de acordo com o método da taxa efetiva.

Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Locação operacional

CGD-SOM celebrou um contrato de locação operacional sobre o edifício sede. O contrato não apresenta data de vencimento não existindo pagamentos mínimos.

Receita

Os juros de operações ativas e passivas são reconhecidos nas rubricas “ Proveitos de operações ativas” e Custos de operações passivas”, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Caixa e seus equivalentes

Para efeitos de preparação dos fluxos de caixa, a CGD-SOM considerou como “Caixa e seus equivalentes” as seguintes rubricas: ver maiúsculas no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2014
Depósitos à Ordem em Instituições de Crédito	36 834 230
Depósitos com maturidade inicial inferior a 3 meses registados em:	
Aplicações em Instituições de Crédito em Macau	-
Depósitos em Instituições de Crédito no Exterior	618 244 899
	<u>655 079 129</u>

6. Partes Relacionadas – Transações e Saldos Devedores

6.1. Política de Empréstimo a Partes Relacionadas

Partes relacionadas inclui:

- a) Qualquer indivíduo ou membro íntimo da sua família, se aquele indivíduo:
 - i) Tiver controlo pleno ou conjunto sobre a Sucursal;
 - ii) Tiver influência significativa sobre a Sucursal; ou
 - iii) For membro do pessoal da gerência/administração da Sucursal ou da Empresa-Mãe
- b) Uma entidade está relacionada com a Sucursal se qualquer das condições abaixo for observada:
 - i) A entidade e a Sucursal são membros do mesmo grupo económico (e.g. empresa-mãe, subsidiárias e entre subsidiárias da mesma empresa-mãe);
 - ii) A entidade tem uma influência significativa sobre a Sucursal;
 - iii) A entidade é uma associada ou um empreendimento conjunto da Sucursal (ou uma associada ou um empreendimento conjunto de entidade membro de grupo económico do qual a sucursal é membro)
 - iv) A Sucursal é uma associada ou um empreendimento conjunto da entidade (ou uma associada ou um empreendimento conjunto de entidade membro de grupo económico do qual a entidade é membro);
 - v) A Sucursal e a entidade estão sob o empreendimento conjunto de uma terceira entidade;
 - vi) A entidade é um empreendimento conjunto de uma terceira entidade e a Sucursal é uma associada dessa terceira entidade;
 - vii) A Sucursal é um empreendimento conjunto de uma terceira entidade e a entidade é uma associada dessa terceira entidade;
 - viii) A entidade é um plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da Sucursal, ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada da Sucursal.
 - ix) A entidade é controlada, de modo pleno ou sob controlo conjunto, por um indivíduo identificado na alínea (a);
 - x) O indivíduo identificado na alínea (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou da empresa-mãe da entidade);
 - xi) O indivíduo identificado na alínea (a)(iii) é membro do pessoal chave da administração da entidade (ou da empresa-mãe da entidade).

Transações com Empresas do Grupo

As transações com partes relacionadas são realizadas no decurso normal da atividade e nas mesmas condições do que as transações com terceiros, ou seja com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Transações com Pessoal Chave:

Durante o ano, a CGD-SOM não concedeu crédito ao pessoal chave da Sucursal e a empresas controladas ou significativamente influenciadas por eles.

6.2. Transações e Saldos Vencidos

Unidade: MOP (Macau pataca)

31 de dezembro de 2014

SALDO DEVEDOR

Disponibilidades no Mercado Interbancário (Depósitos)	7 675 000 738
Certificados de Depósitos	-
Outras Aplicações Financeiras	-
Crédito Concedido	-
Outros Ativos	8 405 155
Custos por Natureza	438 772

SALDO CREDOR

Depósitos de Clientes	-
Certificados de Depósitos	-
Responsabilidades para c/outras Instituições (Depósitos)	33 895 311
Outros	-
Proveitos por Natureza	178 403 725

7. Capital

Informação em Base Consolidada do Grupo CGD

7.1. Rácio de Adequação de Capital

	31 de dezembro de 2014
Rácio de Capital Total	12.7%
Rácio Core Tier 1	10.9%

7.2. Capital e Reservas

Unidade: € (milhões de euros)	31 de dezembro de 2014
Capitais Próprios	6 493
Capital Social	5 900
Reservas de Justo Valor	412
Outras reservas e resultados transitados	(438)
Interesses minoritários	967
Resultado do Exercício	(348)

8. Risco de Crédito

8.1. Gestão de Risco de Crédito

O Risco de Crédito encontra-se associado às perdas e grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente/contraparte em cumprir as suas obrigações.

A CGD-SOM tem implantado um sistema de identificação, avaliação e controlo do risco da sua carteira de crédito, tanto no momento da concessão como ao longo da vida das operações.

Os valores respeitantes a crédito e outras aplicações financeiras em relação aos quais se verifique atraso quer no pagamento de juros ou comissões quer no reembolso de capital, são classificados como ativos em mora de acordo com os requisitos estabelecidos pela AMCM:

- Grupo I – até 3 meses
- Grupo II – superior a 3 meses e igual ou inferior a 12 meses
- Grupo III – superior a 12 meses e igual ou inferior a 18 meses
- Grupo IV – superior a 18 meses

No final de cada trimestre devem ser constituídas provisões genéricas e específicas conforme o estipulado pela AMCM, nos seguintes termos:

- Provisão genérica não inferior a 1% sobre o valor do crédito que não esteja em mora por um período superior a 3 meses.
- Provisão específica não inferior a 40%, 80% e 100% para os Grupo II, Grupo III e Grupo IV respetivamente, tendo por base o saldo da respetiva operação líquido do montante realizável das garantias reais existentes e devidamente formalizadas.

A carteira de crédito da SOM é materialmente irrelevante, representando menos de 0,5% do ativo da Sucursal

8.2. Distribuição geográfica

Unidade: MOP (Macau pataca)

REGIÃO	31 de dezembro de 2014				
	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	EMPRESTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES VENCIDOS	PROVISÃO ESPECÍFICA	TÍTULOS DE DÍVIDA	DERIVADOS FINANCEIROS
VENEZUELA	3 263 705	-	-	-	-
AFRICA DO SUL	1 896 276	-	-	-	-
REINO UNIDO	1 457 115	-	-	-	-
MOCAMBIQUE	239 270	-	-	-	-
SUIÇA	-	-	-	-	-
LUXEMBURGO	-	-	-	-	-
ANGOLA	-	-	-	-	-
	6 856 366	-	-	-	-

8.3. Distribuição por Sectores

Unidade: MOP (Macau pataca)

SECTORES	31 de dezembro de 2014				
	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS	EMPRESTIMOS E ADIANTAMENTOS VENCIDOS	PROVISÃO ESPECÍFICA	PROVISÃO GERAL	CHARGE-OFFS
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-
Eletricidade, Gás e Água	-	-	-	-	-
Construção e Obras Públicas	-	-	-	-	-
Comércio (por grosso e a retalho)	-	-	-	-	-
Restaurantes, Hotéis e Atividades Relacionadas	-	-	-	-	-
Transportes, Armazenagem e Comunicações	-	-	-	-	-
Particulares para Habitação	-	-	-	-	-
Particulares para Outros Fins	6 856 366	-	-	68 564	-
Outros	-	-	-	-	-
	6 856 366	-	-	68 564	-

8.4. Análise de maturidade

Unidade: MOP (Macau pataca)

TIPO DE CONTAS	31 de dezembro de 2014							
	MONTANTE A REEMBOLSAR	À VISTA	ATÉ 1 MÊS	DE 1 A 3 MESES	DE 3 A 12 MESES	DE 1 A 3 ANOS	MIAS DE 3 ANOS	DENTRO DE UM PERÍODO INDEFINIDO
ATIVOS								
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	6 856 366	-	-	-	3 457 987	1 457 115	1 941 264	-
Caixa, Disponibilidades e Empréstimos e Adiantamentos a Bancos	7 675 669 733	36 834 230	618 244 899	7 020 590 604	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Detidos		-	-	-	-	-	-	-
Títulos Emitidos pela Região Administrativa Especial de Macau e/ou pela AMCM		-	-	-	-	-	-	-
Outros Títulos		-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo	7 682 526 099	36 834 230	618 244 899	7 020 590 604	3 457 987	1 457 115	1 941 264	-
PASSIVOS								
Depósitos e Disponibilidades em Bancos e Outras Instituições Financeiras	33 895 310	33 895 310	-	-	-	-	-	-
Depósitos do Sector Público		-	-	-	-	-	-	-
Depósitos de Holdings e Empresas Associadas		-	-	-	-	-	-	-
Depósitos de Clientes	7 595 089 413	354 383 363	497 912 328	705 474 668	6 036 981 723	337 331	-	-
Certificados de Depósitos Emitidos		-	-	-	-	-	-	-
Outros Títulos Emitidos		-	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo	7 628 984 723	388 278 673	497 912 328	705 474 668	6 036 981 723	337 331	-	-

8.5. Análise de Crédito Vencido – Clientes

Unidade: MOP (Macau pataca)

	31 de dezembro de 2014			
	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS (efeitos comerciais, inclusive)	COM CAUÇÃO	PROVISÕES ESPECÍFICAS	
VENCIDO:				
De 3 a 6 meses	-	-	-	-
De 6 a 1 ano	-	-	-	-
Mais de 1 ano	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Nota: Em 31 de Dezembro de 2014, não havia crédito vencido de empréstimos a bancos e outras instituições de crédito.

9. Risco de Mercado

Traduz-se em impactos negativos potenciais, nos resultados da Sucursal, decorrentes de movimentos desfavoráveis do preço dos ativos em carteira face ao nível a que são transacionados.

Tem origem, então, na incerteza que decorre da flutuação dos preços e taxas de mercado, como sejam preços de ações e índices ou taxas de juro ou câmbio, e sobre o comportamento das correlações entre os mesmos.

No âmbito da prestação de serviços celebrado entre a CGD e a SOM encontram-se segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

Salienta-se no entanto que, dada a estrutura de balanço atual da Sucursal, a SOM não dispõe de instrumentos financeiros em carteira passíveis de gerar risco de mercado.

10. Risco de Taxa de Juro

Trata-se do risco incorrido por uma instituição financeira sempre que, no desenvolvimento da sua atividade, contrata operações com fluxos financeiros sensíveis a variações de taxa de juro. Dito de outro modo, é o risco de que ocorra uma variação de taxa de juro associado, nomeadamente, ao *mismatch* de prazos de refixação de taxas entre ativos e passivos detidos, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o seu custo financeiro.

A medição do risco de taxa de juro está articulada com a metodologia utilizada pela CGD que consiste na agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro de todos os ativos e passivos sensíveis à sua variação, obtendo-se, desse modo, os correspondentes *gaps* de taxa de juro.

A análise da dimensão do risco de taxa de juro envolve, ainda, o cálculo mensal da duração dos ativos e passivos sensíveis, bem como o respetivo *gap* de duração. Importa salientar que a métrica de duração tem estado sob reestruturação, estando previsto para 2015 o início da sua utilização de acordo com uma nova metodologia de cálculo.

Para acompanhar o efeito dos *gaps* de taxa de juro sobre a margem financeira procede-se, trimestralmente, à simulação de cenários previsionais da evolução mensal dos ativos e passivos sensíveis, bem como das diferentes taxas de mercado de acordo com as expectativas refletidas nas *yield curves*, em articulação com o Plano de Financiamento e de Capital da SOM, bem como com o seu respetivo Orçamento.

11. Risco Operacional

Risco Operacional é o risco de perdas resultantes de inadequações ou falhas de processos, pessoas e sistemas de informação ou as decorrentes de eventos externos, incluindo os riscos jurídicos.

A metodologia adotada para a gestão do risco operacional na CGD encontra-se integrada com a avaliação do sistema de controlo interno, podendo ser caracterizada através das seguintes componentes distribuídas pelas 4 fases do ciclo de gestão do risco: Identificação, avaliação, monitorização e mitigação:

- Identificação inclui a recolha de informação e documentação das atividades, riscos operacionais potenciais, atividades de controlo e mitigantes;
- Avaliação através do registo do evento de risco operacional e questionários de autoavaliação dos riscos operacionais potenciais;
- Monitorização que inclui a divulgação de informação relativa ao risco operacional, com origem nas várias componentes da metodologia, aos diversos intervenientes na sua gestão;
- Mitigação pela implementação de planos de ação por forma a minimizar o risco operacional.

As atividades da SOM, ao serem suportadas por processos da CGD, encontram-se abrangidas pela referida metodologia.

12. Risco Cambial

12.1. Gestão de Risco Cambial

A monitorização do risco cambial é realizada no quadro da política adotada pela CGD e efetuada numa base diária com a produção do relatório de risco cambial contendo indicadores de risco de mercado como o VaR, sua comparação com os limites em vigor, valor da posição, quer total quer por moeda, indicadores de *backtesting* e ainda informação gráfica sobre a evolução histórica da posição cambial total, a evolução histórica do respetivo VaR 99% a 10 dias e concentração da posição cambial por moeda.

12.2. Posição Líquida Longa e Curta em Moeda Externa

Unidade: MOP (Macau pataca)		31 de dezembro de 2014		
MOEDA:	POSIÇÃO ABERTA LÍQUIDA, EXCLUINDO POSIÇÃO LONGA OU CURTA EM OPÇÕES	POSIÇÃO LONGA OU CURTA EM OPÇÕES	POSIÇÃO ABERTA LÍQUIDA, INCLUINDO POSIÇÃO LONGA OU CURTA EM OPÇÕES	
AUD	19 053	-	19 053	
CAD	(982 258)	-	(982 258)	
CHF	68 901	-	68 901	
DKK	29	-	29	
EUR	(1 149 883)	-	(1 149 883)	
GBP	(187 619)	-	(187 619)	
HKD	16 257 874	-	16 257 874	
NOK	(6 490)	-	(6 490)	
USD	(470 244)	-	(470 244)	

12.3. Divulgação da posição líquida longa/curta de uma moeda externa, quando a posição líquida (em termos absolutos) dessa moeda externa represente pelo menos 10% do total da posição líquida em moeda externa.

Unidade: MOP (Macau pataca)		31 de dezembro de 2014
		€UR (EQUIVALENTE EM MOP)
MOEDA:		
Ativos à Vista		16 257 874
Passivos à Vista		-
Compras a Prazo		-
Vendas a Prazo		-
Posição Líquida em Opções		-
Posição Líquida Longa		16 257 874
Posição Líquida Curta		-

13. Risco de Liquidez

Trata-se da possibilidade de ocorrência de um desfasamento ou não compensação entre os fluxos monetários de pagamentos e de recebimentos, gerando uma incapacidade de cumprimento dos compromissos assumidos. Ou seja, em tal situação, as reservas e disponibilidades de uma instituição tornar-se-iam insuficientes para honrar as suas obrigações no momento em que ocorressem.

A gestão do risco de liquidez é efetuada no quadro da política adotada pela CGD, que tem na sua génese a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço. Os volumes de cash *inflows* e cash *outflows* são evidenciados por intervalos temporais em função do seu prazo residual de ocorrência e, a partir daí, apurados os respetivos *gaps* de liquidez tanto do período como acumulados.

Para efeitos de medição do risco de liquidez, a CGD utiliza o conceito de liquidez estrutural que pretende incorporar, nomeadamente, o comportamento histórico dos depositantes ao nível da gestão das suas contas à ordem, a prazo e de poupança, distribuindo os seus saldos pelos diferentes intervalos temporais considerados de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente.

A gestão do risco de liquidez incorpora, ainda, a realização centralizada (ao nível da casa-mãe) de exercícios de *stress testing* em articulação com o Plano de Contingência de Liquidez existente, conforme os princípios e recomendações do Basel Committee on Banking Supervision (BCBS) e da European Banking Authority (EBA).

14. Ativos, Passivos e Resultados em Base Consolidada do Grupo CGD

Unidade: € (milhões de euros)	31 de dezembro de 2014
Total do Ativo	100 152
Total do Passivo	93 659
Total dos Empréstimos e Adiantamentos a Clientes (valor bruto)	72 094
Depósitos e Disponibilidades de Bancos e Outras Instituições Financeiras	6 002
Depósitos de Clientes	72 094
Resultado Antes de Imposto e Interesses Minoritários	(348)